

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração da ABSA Aerolinas Brasileiras S/A vem submeter a V. Sas. o relatório da administração, as demonstrações financeiras e parecer dos auditores independentes dos exercícios findos em 2013 e 2012. **1. Perfil da Empresa:** A ABSA Aerolinas Brasileiras S/A opera linhas regulares de transporte aéreo de cargas, atuando principalmente no mercado latino-americano e norte-americano. Em 2009 iniciou o desenvolvimento do mercado interno (doméstico Brasil) e, ao longo de quatro anos conseguiu se estabelecer em função de sua capacidade e confiabilidade. Atualmente a companhia possui contratos com os Correios (ECT) de rede postal noturna (RPN) para as rotas: Recife-Guarulhos-Salvador-Recife e Manaus-Brasília-Guarulhos-Brasília-Manaus. Além do mercado doméstico,

estas operações ampliou a capacidade de exportação de produtos do nordeste brasileiro com boa aceitação no exterior. Adicionalmente a empresa também presta serviços aeroportuários, como carregamento e descarregamento de cargas, despacho operacional, entre outros. A empresa concentra suas atividades nos aeroportos de Guarulhos, Rio de Janeiro, Manaus e Campinas, onde mantém sua matriz. Possui também bases operacionais em diversos outros aeroportos no Brasil e no Exterior. **2. Ambiente Macroeconômico:** O desempenho de empresas no setor de transporte aéreo está intimamente ligado aos fatores macroeconômicos internos e externos. Portanto, o desempenho da ABSA e do setor como um todo é resultado da economia global, e da instabilidade econômica e política no Brasil e mundial. **3. Desempenho Operacional:** Em 2013 operamos com quatro

Boeing 767-300F. Juntas registraram 17.234 horas voadas vs. 19.044 do ano anterior, nossa produção de ATK em 2013 foi de 528.507 milhões vs. 717.584 no ano anterior, e nosso fator de ocupação foi de 69% vs. 74% do ano anterior, nossa empresa transportou em 2013 um total de 139.498 toneladas representando uma queda de 3% comparada com o ano anterior. **4. Recursos Humanos:** A empresa encerrou o ano de 2013 com 405 colaboradores, representando mesmo cenário comparando ao quadro do ano anterior. Os investimentos com treinamento foram de R\$ 1.660 mil, diminuindo em 15% comparado com 2012 onde foram investidos R\$ 1.950 mil. **5. Investimentos:** Os investimentos da empresa em 2013 se deram basicamente em infra-estrutura e tecnologia em virtude do processo de Fusão com a TAM Cargo.

Balanco patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
Ativo	2013	2012	
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	6.720	7.102	
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7)	4.034	4.428	
Contas a receber de clientes (Nota 8)	62.537	74.426	
Partes relacionadas (Nota 20)	121.757	11.297	
Adiantamentos a fornecedores	2.084	1.792	
Tributos a recuperar (Nota 9)	30.906	18.683	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	4.617	1.461	
Despesas do exercício seguinte	146	164	
Outros ativos	4.690	4.340	
	237.491	123.693	
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Depósitos judiciais (Nota 14 (f))	11.316	5.882	
Investimento (Nota 10)	1	831	
Imobilizado (Nota 11)	6.042	4.462	
	17.359	11.175	
<b>Total do ativo</b>	<b>254.850</b>	<b>134.868</b>	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores (Nota 12)	47.134	42.979	
Partes relacionadas (Nota 20)	39.876	63.185	
Salários e encargos sociais (Nota 13)	14.154	13.221	
Tributos a recolher	1.986	3.013	
	103.150	122.398	
<b>Não circulante</b>			
Partes relacionadas (Nota 20)	3.396	4.141	
Provisão para contingências (Nota 14)	53.101	1.412	
	56.497	5.553	
Total do passivo	159.647	127.951	
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social (Nota 15)	4.061	4.061	
Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 15)	140.000	-	
Reservas de lucros (Nota 15)	-	2.896	
Prejuízos acumulados	(48.944)	-	
Ajustes de avaliação patrimonial	86	(40)	
	95.203	6.917	
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>254.850</b>	<b>134.868</b>	

Demonstração das mutações no patrimônio líquido - Em milhares de reais						
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros Legal	Retenção	Prejuízos acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial
<b>Em 1º de janeiro de 2012</b>	<b>4.061</b>	-	113	2.148	-	(108)
Variação cambial de investida localizada no exterior	-	-	-	-	-	68
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	635	-
Utilização das reservas:						
Reserva legal	-	-	32	-	(32)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	603	(603)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>4.061</b>	-	145	2.751	-	(40)
Variação cambial de investida localizada no exterior	-	-	-	-	-	126
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(51.840)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 15)	-	140.000	-	-	-	-
Absorção de reserva de lucros e reserva legal com prejuízos do exercício	-	-	(145)	(2.751)	2.896	-
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>4.061</b>	<b>140.000</b>	-	-	<b>(48.944)</b>	<b>86</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31/12/2013 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**1. Informações gerais:** A ABSA - Aerolinas Brasileiras S.A. (a "Companhia"), mediante concessão da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, tem como finalidade preponderante a exploração de serviços de transporte aéreo regular de cargas e malas postais, no território nacional e em âmbito internacional, por meio de aeronaves próprias ou arrendadas ou por meio da contratação de serviços de terceiros, e de serviços de carregamento e descarregamento de cargas aéreas ("handling"). A concessão tem término em 25 de abril de 2015, podendo ser renovada. As receitas de transporte de cargas foram auferidas por meio de quatro aeronaves B767-316F cargueiro, que foram subarrendadas das sociedades ligadas Latam Airlines Group S.A. e Lan Cargo S.A. Em outubro de 2013 foi efetivada a transferência do controle acionário da ABSA - Aerolinas Brasileiras S.A. para a TAM S.A., após as respectivas aprovações do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil). A partir de então, a ABSA se tornou subsidiária integral da TAM S.A. Adicionalmente, a Companhia vem contando com o suporte financeiro, quando requerido, sob a forma de capital ou de empréstimos, necessários a suas operações, por parte de seu acionista controlador. A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria, em 21 de março de 2014. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **(a) Demonstrações financeiras consolidadas:** A Companhia não apresenta suas demonstrações financeiras de forma consolidada, tendo em vista que sua controlada encontra-se com suas atividades paralisadas, bem como seus valores não foram considerados relevantes no contexto dessas demonstrações financeiras. **(b) Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). **(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigindo a partir de 2013 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.2 Conversão de moeda estrangeira - (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas e fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como "Variação cambial de investida localizada no exterior". **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Ativos e passivos financeiros - 2.4.1 Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. Os passivos financeiros são classificados sob a categoria outros passivos financeiros. A classificação decorre da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros classificados como ativos circulantes, inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 a Companhia não possuía operações de hedge em aberto. **(b) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Títulos e valores mobiliários", "Contas a receber de clientes", "Partes relacionadas" e "Outros ativos" (Nota 2.3, 2.5 e 2.13). **(c) Outros passivos financeiros:** São passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Incluídos como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como passivos não circulantes). Os outros passivos financeiros da Companhia compreendem "Fornecedores" e "Partes relacionadas" (Nota 2.9). **2.4.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo ou liquidar o passivo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. Os outros passivos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.4 Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia no final de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. O teste para verificação de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na Nota 2.5. **2.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A administração opta pelo não reconhecimento do ajuste a valor presente, uma vez que, com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo e as operações passivas em condições similares, considera como irrelevante o valor de tais ajustes. **2.6. Depósitos judiciais:** Os depósitos são corrigidos monetariamente e, quando aplicável, apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia. **2.7. Investimento em subsidiária:** O investimento na subsidiária Tranship S.A. está registrado pelo método de equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras da referida subsidiária. **2.8. Imobilizado:** É composto por Benfeitorias em propriedade de terceiros, Máquinas e equipamentos, Veículos, Móveis e utensílios, Ferramentas e Computadores, mantidos na sede administrativa ou nas bases operacionais, nos aeroportos em que a Companhia tem licença para operar. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
	2013	2012
Receita de serviços prestados (Nota 16)	1.037.449	853.987
Custo dos serviços prestados (Nota 17)	(976.809)	(805.937)
<b>Lucro bruto</b>	<b>60.640</b>	<b>48.050</b>
Despesas com vendas (Nota 17)	(29.951)	(22.887)
Despesas gerais e administrativas (Nota 17)	(20.620)	(19.072)
Outras despesas, líquidas (Nota 17)	(50.117)	(2.212)
Participação no prejuízo de controlada (Nota 10)	(956)	(4)
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	<b>(41.004)</b>	<b>3.855</b>
Receitas financeiras (Nota 18)	2.585	2.850
Despesas financeiras (Nota 18)	(3.120)	(2.158)
Despesas monetárias e cambiais, líquidas (Nota 18)	(9.498)	(3.075)
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>	<b>(10.033)</b>	<b>(2.383)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(51.037)</b>	<b>1.472</b>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 19)	(803)	(837)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>(51.840)</b>	<b>635</b>
<b>Lucro líquido (prejuízo) por ação do capital social no final do exercício (expresso em R\$ por ação)</b>	<b>(12,77)</b>	<b>0,16</b>
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.		
<b>Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais</b>		
	2013	2012
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>(51.840)</b>	<b>635</b>
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>		
Variação cambial de investida localizada no exterior (Nota 10)	126	68
<b>Outros componentes do resultado abrangente do período</b>	<b>126</b>	<b>68</b>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(51.714)</b>	<b>703</b>
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais		
	2013	2012
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(51.037)</b>	<b>1.472</b>
<b>Ajustes de:</b>		
Depreciação	1.355	1.180
Perda na alienação do imobilizado	-	39
Valor residual do ativo imobilizado baixado	51	-
Resultado de equivalência patrimonial	956	4
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.245	737
Constituição de provisão para contingências	49.852	109
Provisão para participação nos resultados	1.147	1.047
Juros, variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	(16.256)	10.698
	(12.687)	15.286
Variação nos ativos e passivos	15.756	(16.947)
Contas a receber de clientes	(123.025)	(3.288)
Partes relacionadas	(292)	(1.321)
Adiantamentos a fornecedores	(12.223)	(8.207)
Tributos a recuperar	18	(105)
Despesas do exercício seguinte	(350)	796
Outros ativos	(5.235)	(2.527)
Depósitos judiciais	2.947	2.050
Fornecedores	(214)	3.500
Salários e encargos sociais	(1.027)	(161)
Tributos a recolher	(136.332)	(10.924)
<b>Caixa proveniente das operações</b>	<b>(137.790)</b>	<b>(12.352)</b>
Pagamento de contingências	(417)	(205)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.041)	(1.223)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(137.790)</b>	<b>(12.352)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Compras de imobilizado (Nota 11)	(2.986)	(890)
Valor recebido pela venda de imobilizado (Nota 11)	-	26
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	394	(3.410)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(2.592)</b>	<b>(4.274)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 15)	140.000	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>140.000</b>	<b>-</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>	<b>(382)</b>	<b>(16.626)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)</b>	<b>7.102</b>	<b>23.728</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)</b>	<b>6.720</b>	<b>7.102</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Benfeitorias em propriedade de terceiros	*
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	5
Móveis e utensílios	10
Ferramentas	10
Computadores	5

\* Os valores de benfeitorias em propriedade de terceiros são depreciados de acordo com os prazos dos contratos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. **2.9. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. A administração opta pelo não reconhecimento do ajuste a valor presente das contas a pagar aos fornecedores, uma vez que, com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo e as operações passivas em condições similares, a mesma considera como irrelevante o valor de tais ajustes. **2.10 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. **2.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem **continua...**



continuação... a interpretação; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os impostos de renda e a contribuição social diferidos ativos não foram consignados nas demonstrações financeiras. **2.12 Benefícios a empregados - Participação nos lucros:** A Companhia concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao nível de rentabilidade com relação ao patrimônio líquido e ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados mensal em que o valor pode ser mensurado de maneira mais confiável pela Companhia. **2.13**

**Outros ativos e passivos:** Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, quando aplicável. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. **2.14 Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia e participam em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendos e capitalização de reservas. **2.15 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor original a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos. A Companhia reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Vendas de serviços:** A receita compreende o valor presente pela exploração de serviços de transporte aéreo regular de cargas e malas postais e de serviços de carregamento e descarregamento de cargas aéreas ("handling"), deduzida das despesas de intermediação das prestações de serviços de transporte, por parte dos agentes de carga. A Companhia adota como critério de reconhecimento de receita o momento da realização do transporte aéreo ou da prestação do serviço de "handling". **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **(c) Outras receitas e despesas:** As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios. **2.16 Arrendamentos:** Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. As quatro aeronaves B767-316F cargueiro, utilizadas pela Companhia, foram subarrendadas das sociedades ligadas Latam Airlines Group S.A. e Lan Cargo S.A. e são classificadas como arrendamentos operacionais. **2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis críticos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. As estimativas são utilizadas para, mas não limitadas a: contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa, depreciação e amortização, vida útil dos ativos a depreciar e amortizar, provisões para impostos, provisão para contingências e provisão de participação nos lucros, quando aplicáveis. **4. Gestão de risco financeiro - 4.1**

**Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Latam, que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. **(a) Risco de mercado - (i) Risco cambial:** A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições em relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em dólar dos Estados Unidos nos montantes descritos a seguir, não existindo nenhum instrumento para proteger essa exposição nessas datas:

	2013	2012
<b>Ativo circulante</b>		
Contas a receber de clientes (Nota 8)	54.865	50.588
Partes relacionadas (Nota 20)	121.757	11.297
	<u>176.622</u>	<u>61.885</u>
<b>Passivo circulante:</b> Fornecedores	8.255	19.381
Partes relacionadas (Nota 20) (i)	86.281	84.840
	<u>94.536</u>	<u>104.221</u>
<b>Passivo não circulante:</b> Partes relacionadas (Nota 20)	3.396	4.141
	<u>97.932</u>	<u>108.362</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia mantém contas a pagar e a receber com a TAM Linhas Aéreas S.A., as quais são apresentadas, de modo líquido. Como as operações são realizadas em reais e dólar dos Estados Unidos, o valor de partes relacionadas exposto difere daquele apresentado no balanço patrimonial. **(b) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além dos valores provisionados (Nota 8). **(c) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área Financeira. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2013			
Fornecedores	47.134	-	-
Partes relacionadas (Nota 20)	39.876	-	3.396
Em 31 de dezembro de 2012			
Fornecedores	42.979	-	-
Partes relacionadas (Nota 20)	63.185	-	4.141

**4.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia não tem por prática a captação

de recursos junto a instituições financeiras, sendo que todos os recursos necessários, quando aplicável, são obtidos junto às partes relacionadas.

<b>5. Instrumentos financeiros por categoria</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	
Ativos, conforme balanço patrimonial	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	6.720	7.102
Contas a receber de clientes (Nota 8)	62.537	74.426
Partes relacionadas (Nota 20)	121.757	11.297
Outros ativos	4.690	4.340
	<u>195.704</u>	<u>97.165</u>
<b>Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado</b>		
Ativos, conforme balanço patrimonial	2013	2012
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	4.034	4.428
	<u>4.034</u>	<u>4.428</u>
<b>Outros passivos financeiros</b>		
Passivos, conforme balanço patrimonial	2013	2012
Fornecedores	47.134	42.979
Partes relacionadas circulante e não circulante (Nota 20)	43.272	67.326
	<u>90.406</u>	<u>110.305</u>

**6. Caixa e equivalentes de caixa:** Estão representados por saldo em caixa, bancos e aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários, em instituições financeiras de primeira linha.

	2013	2012
Caixa em espécie	416	305
Bancos conta movimento	6.304	6.797
	<u>6.720</u>	<u>7.102</u>
<b>7. Títulos e valores mobiliários:</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Aplicações financeiras - CDB	4.034	4.428
Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários, em instituições financeiras de primeira linha, que estão vinculados a Cartas Fiança, garantias de dívidas pecuniárias, decorrentes exclusivamente ao pagamento das quantias questionadas em autos de execução fiscal e processos trabalhistas. As mesmas serão mantidas até o seu vencimento e, se necessário, prorrogadas para manutenção das Cartas Fiança. O valor justo desse ativo é próximo do valor registrado contabilmente.		

**8. Contas a receber de clientes:**

	2013	2012
Contas a receber de clientes	66.516	77.160
Menos: Provisão para créditos de liquidação duvidosa (3.979)	(2.734)	(2.734)
	<u>62.537</u>	<u>74.426</u>

As contas a receber de clientes são mantidas nas seguintes moedas:

	2013	2012
Reais	11.651	26.572
Dólares americanos	54.865	50.588
	<u>66.516</u>	<u>77.160</u>

Em 31 de dezembro de 2013 as contas a receber de clientes no valor de R\$ 21.723 (2012 - R\$ 22.383) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência. A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

	2013	2012
A vencer	40.814	52.043
Vencidas: de 1 a 30 dias	18.229	19.330
de 31 a 60 dias	3.800	4.312
de 61 a 120 dias	291	342
de 121 a 360 dias	776	1
acima de 360 dias	2.606	1.132
	<u>66.516</u>	<u>77.160</u>

**11. Imobilizado**

	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Máquinas e equipamentos	Computadores	Móveis e utensílios	Ferramentas	Veículos	Outros	Imobilizado total
Em 01 de janeiro de 2012								
Custo	2.789	4.544	1.655	581	342	215	71	10.197
Depreciação acumulada	(1.985)	(1.778)	(929)	(370)	(171)	(96)	(51)	(5.380)
Saldo contábil, líquido	804	2.766	726	211	171	119	20	4.817
Em 31 de dezembro de 2012: Saldo Inicial	804	2.766	726	211	171	119	20	4.817
Aquisições	174	12	508	191	5	-	-	890
Transferências	(24)	-	24	-	-	-	-	-
Alienações	(4)	-	(33)	-	-	(28)	-	(65)
Depreciação	(204)	(638)	(233)	(46)	(35)	(21)	(3)	(1.180)
Saldo contábil, líquido	746	2.140	992	356	141	70	17	4.462
Em 31 de dezembro de 2012: Custo	2.935	4.556	2.154	772	347	187	71	11.022
Depreciação acumulada	(2.189)	(2.416)	(1.162)	(416)	(206)	(117)	(54)	(6.560)
Saldo contábil, líquido	746	2.140	992	356	141	70	17	4.462
Em 31 de dezembro de 2013: Saldo Inicial	746	2.140	992	356	141	70	17	4.462
Aquisições	1.618	400	620	344	4	-	-	2.986
Alienações	-	-	(26)	(1)	-	(24)	-	(51)
Depreciação	(276)	(653)	(317)	(69)	(29)	(8)	(3)	(1.355)
Saldo contábil, líquido	2.088	1.887	1.269	630	116	38	14	6.042
Em 31 de dezembro de 2013: Custo	4.553	4.956	2.748	1.115	351	163	71	13.957
Depreciação acumulada	(2.465)	(3.069)	(1.479)	(485)	(235)	(125)	(57)	(7.915)
Saldo contábil, líquido	2.088	1.887	1.269	630	116	38	14	6.042

O montante de R\$ 911 (2012 - R\$ 841) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo dos serviços prestados", R\$ 44 (2012 - R\$ 21) em "Despesas com vendas" e R\$ 400 (2012 - R\$ 318) em "Despesas gerais e administrativas". As benfeitorias em propriedade de terceiros estão representadas pelas instalações nas edificações utilizadas como parte da concessão para operação da Companhia no Aeroporto Internacional de Viracopos - Campinas, de propriedade da União Federal, e que se encontram sob a jurisdição e posse da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, amortizadas pelo prazo remanescente da concessão da operação. As aeronaves modelo B767-316F (Nota 1) foram subarrendadas na modalidade de subarrendamento operacional, das empresas ligadas Latam Airlines Group S.A. e Lan Cargo S.A. Os arrendamentos não contêm cláusula de opção de compra. A despesa operacional incorrida com arrendamento no exercício de 2013 foi de R\$ 157.771 (2012 - R\$ 124.672) e está registrada na rubrica Custo dos serviços prestados.

<b>12. Fornecedores</b>	2013	2012
Fornecedores de combustível	22.962	24.337
Taxas, sobrevôos e fornecedores de serviços de ground handling	8.291	8.219
Fornecedores de serviços de handling e serviços externos	9.793	6.204
Outros fornecedores	6.088	4.219
	<u>47.134</u>	<u>42.979</u>
<b>13. Salários e encargos sociais</b>	2013	2012
Provisão de férias e encargos sociais sobre férias	5.873	6.306
Encargos sociais sobre salários a recolher (i)	3.766	3.889
Provisão para bônus	4.072	2.925
Outros	443	101
	<u>14.154</u>	<u>13.221</u>
(i) A Companhia possui 2 ações judiciais tramitando junto à Justiça Federal em Campinas, nas quais são discutidas o não recolhimento de verbas do INSS incidentes sobre auxílio-doença, auxílio-acidente, férias, adicional de férias de um terço e salário maternidade, bem como aviso prévio indenizado, adicional de hora extra, insalubridade, periculosidade e de transferência. A primeira ação foi julgada favoravelmente na 1ª e 2ª instâncias, afastando a exigibilidade do crédito tributário referente aos quinze primeiros dias de afastamento por motivos de doença/acidente, bem como sobre o adicional de um terço de férias. No que se refere à segunda ação, está também foi julgada favoravelmente nas duas instâncias, afastando a exigibilidade do crédito tributário referente ao aviso prévio indenizado e sobre o 13º salário proporcional ao aviso prévio. Ambas estão pendentes de trânsito em julgado. Contabilmente a Companhia mantém a provisão dos referidos valores em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 1.454 (2012: R\$ 1.178), até que ocorra o trânsito em julgado das ações.		

**14. Contingências:**

**(a) Composição do saldo:** Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Líquido
	2013	2012	2013
Contingências tributárias	413	387	413
Contingências trabalhistas e previdenciárias	1.243	924	467
Indenizatórias	690	395	315
Organismos reguladores (e)	51.537	-	-
	<u>53.883</u>	<u>1.706</u>	<u>782</u>
			<u>294</u>
			<u>53.101</u>
			<u>1.412</u>

**(b) Movimentação do saldo:** A movimentação do saldo dessas contingências está demonstrada seguir:

As movimentações na provisão para *impairment* de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2013	2012
Em 1º de janeiro	2.734	1.997
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.347	844
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(102)	(107)
Em 31 de dezembro	<u>3.979</u>	<u>2.734</u>
A constituição e a baixa da provisão para contas a receber <i>impaired</i> foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. As demais contas a receber do balanço não contêm ativos <i>impaired</i> . A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia de contas a receber.		

**9. Tributos a recuperar:**

	2013	2012
--	------	------

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

	28.058	18.032
--	--------	--------

Outros tributos

	2.848	651
	<u>30.906</u>	<u>18.683</u>

O crédito acumulado de ICMS decorre, principalmente, da diferença entre as alíquotas aplicadas nas aquisições de combustíveis e nas prestações de serviços da Companhia. Os créditos foram substancialmente acumulados nos estados de São Paulo e Pernambuco, em decorrências das operações domésticas iniciadas em 2009. No decorrer do exercício de 2012, a Companhia protocolou, junto às autoridades fiscais, pedido de ressarcimento dos créditos de ICMS acumulados no estado de São Paulo, no período de 2009 a 2011, e aguarda aprovação para utilização destes para pagamento de fornecedores. Posteriormente ao protocolo do pleito acima mencionado, no ano de 2013, providenciou-se o requerimento dos pedidos de apropriação do crédito acumulado para os períodos subsequentes atualizando assim a periodicidade mensal. Em concordância com a legislação vigente e com as prerrogativas acima, a empresa ingressou em 30 de agosto de 2013 com pedido de regime especial junto à Secretaria do Estado dos Negócios da Fazenda de São Paulo, objetivando obter a autorização de apropriação de crédito acumulado mediante verificação fiscal sumária e oferecimento de garantia, o qual se encontra em tramitação final junto ao DEAT. Nesse mesmo sentido, fora protocolado perante as autoridades pernambucanas à documentação pertinente visando à apropriação e homologação do crédito acumulado de ICMS e sua consequente transferência para terceiros, referentes ao período de agosto de 2010 até setembro de 2013. A Companhia não espera nenhuma perda em conexão com a realização desses créditos tributários, motivo pelo qual não foi consignada nenhuma provisão para perdas na realização desse ativo.

**10. Investimentos em subsidiárias:** O investimento em sociedade controlada corresponde à participação de 99,99% no capital social da empresa Tranship S.A. (sociedade sediada no exterior), representada por 475.719 ações ordinárias adquiridas em 24 de setembro de 2001.

**(a) Movimentação do investimento**

	2013	2012
Em 1º de janeiro	831	767
Variação cambial	126	68
Prejuízo do exercício	(956)	(4)
Em 31 de dezembro	<u>1</u>	<u>831</u>

**(b) Informações sobre o investimento**

	2013	2012
Patrimônio líquido	1	831
Resultado do exercício	(956)	(4)

	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Máquinas e equipamentos	Computadores	Móveis e utensílios	Ferramentas	Veículos	Outros	Imobilizado total
Saldo inicial	1.412	1.161						
Exclusões / baixas	(417)	(189)						
Adições	49.852	307						
Atualizações monetárias	2.742	347						
Movimentação dos depósitos judiciais	(488)	(214)						
Saldo final	<u>53.101</u>	<u>1.412</u>						

**(c) Natureza das contingências:** As contingências trabalhistas consistem, principalmente, em reclamações de empregados pleiteando verbas indenizatórias diversas. As ações tributárias correspondem, substancialmente, ao questionamento da expansão da base de cálculo e do aumento da alíquota da COFINS de 2% para 3%, introduzido pela Lei 9.718/98. Com base no parecer de seus assessores jurídicos, bem como decisões recentes do Supremo Tribunal Federal - STF, que julgaram inconstitucionais os dispositivos da Lei 9.718/98 que incluíram as receitas financeiras e as "outras receitas" na base de cálculo de PIS e COFINS, a administração reverteu em 2005 a provisão para PIS e COFINS sobre receitas financeiras e "outras receitas". Entretanto, o questionamento específico da Companhia acerca desse tema foi julgado a favor das autoridades tributárias brasileiras. Dessa forma, em 2008, a Companhia recebeu das autoridades tributárias brasileiras Autos de infração fiscal decorrentes da perda desse questionamento. No decorrer do exercício de 2013, a movimentação foi de atualização de juros e multa de mora, que em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 5.644 mil (31 de dezembro de 2012 - R\$ 5.488 mil). Presentemente, a administração da Companhia está tomando outras ações para reverter a cobrança desse imposto. Os referidos autos de infração foram oportunamente impugnados administrativamente por diversos argumentos jurídicos e de procedimento administrativo. Com base na opinião de nossos consultores jurídicos, entendemos que os critérios adotados pela Secretaria da Receita Federal para a imposição e cálculo dos tributos exigidos nos referidos autos de infração são contrários à legislação vigente e, consequentemente, consideramos remota a possibilidade de perda referente a essa questão. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012. **(d) Perdas possíveis não provisionadas:** A Companhia tem ações de naturezas trabalhistas e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, nos montantes de R\$ 7.353 e R\$ 14.453, para as quais não há provisão constituinte. **(e) Multas impostas pelas autoridades americanas/brasileiras:** No ano de 2008, foi imposta uma multa pelas autoridades americanas (IRS) contra a Companhia, no montante de R\$ 49.077 (equivalente a US\$ 21 milhões). Contudo, essa penalidade foi assumida integralmente por um de seus acionistas, a "Lan Cargo Overseas", a qual isentou a ABSA - Aerolíneas Brasileiras S.A. de qualquer custo em conexão com essa multa. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008. No exercício de 2009, o objeto da multa descrita acima passou a ser questionado em território nacional pela Secretaria de Direito Econômico - SDE e, posteriormente, Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. A Companhia foi condenada em decisão proferida em 28 de agosto de 2013 ao pagamento de multa no valor de R\$ 114.134. De acordo com nossos assessores jurídicos estima-se uma probabilidade de cerca de 60% (sessenta por cento) de chance de redução da base de cálculo da multa imposta à ABSA, com base em critérios objetivos de aplicação do princípio do *ne bis in idem* no caso, dentre outros argumentos, com redução da multa a patamares entre R\$ 43.574 e R\$ 65.361. Com base na opinião dos advogados da Companhia, foi constituída em 2013 a provisão no montante de R\$ 51.537, o qual é a melhor estimativa da administração do provável desembolso de caixa em conexão com essa demanda. **(f) Depósitos judiciais:** A Companhia possui depósitos judiciais, para os quais não foram constituídas provisões para contingências, devido aos consultores jurídicos da Companhia entenderem que os processos são de perda possível ou remota, conforme composição a seguir:

continua...



Continuação....

2013

2012

Contingências tributárias

5.625

2.535

Contingências trabalhistas e previdenciárias

1.431

1.164

Indenizatórias

4.260

2.183

11.316

5.882

15. Capital social e reservas - (a) Capital social:

O capital social subscrito e integralizado está representado por 4.060.702 ações nominativas no valor nominal de R\$1,00 cada uma. Em outubro de 2013 a empresa TAM S.A adquiriu 100% das ações da ABSA. O estatuto social assegura aos acionistas direito a dividendo mínimo equivalente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, calculado segundo a legislação societária brasileira. A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro. (b) Reserva legal: É constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto, na base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. No ano 2013, o saldo desta reserva foi absorvido pelos prejuízos do exercício conforme determinado no artigo 200 da Lei 6404/76. (c) Reserva para retenção de lucros: O lucro líquido apurado nos exercícios de anos anteriores foi destinado à reserva de lucros com o objetivo de manter recursos suficientes para o capital de giro da Companhia aprovado pelos acionistas nos termos da Lei das Sociedades por Ações. No ano 2013, o saldo desta reserva foi absorvido pelos prejuízos do exercício conforme determinado no artigo 200 da Lei 6404/76. (d) Dividendos: Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, deduzido da parcela constituída como reserva legal. Entretanto, por meio de deliberação dos acionistas, não foram propostos dividendos mínimos obrigatórios em 2012 com o objetivo do lucro do exercício ser reinvestido nos negócios. (e) Adiantamentos para futuro aumento de capital: Em 26 de dezembro de 2013 o acionista controlador efetuou um adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 140 milhões, o qual é irrevogável e irretirável e será objeto de capitalização em 2014.

16. Receita:

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

2013

2012

Vendas brutas de serviços prestados

1.100.354

898.176

Impostos sobre vendas

(62.905)

(44.189)

Receita líquida de serviços prestados

1.037.449

853.987

17. Despesas por natureza

2013

2012

Custo dos serviços prestados

Serviços de transporte efetuados por partes relacionadas

294.760

280.901

Combustível

188.122

198.092

Subarrendamento operacional das aeronaves

157.771

124.672

Despesas com pessoal

67.409

65.890

Despesas com aluguel de porão de aeronaves

174.963

35.928

Manuseio de carga

29.659

32.836

Outros custos (tarifas aeroportuárias, taxas de sobrevôo e depreciação)

64.125

67.638

976.809

805.957

Despesa com vendas

Despesas com comissões

17.444

15.610

Despesas com serviços profissionais

4.784

3.574

Despesas com pessoal

6.963

3.099

Outras despesas com vendas

PR-ABD 760

604

29.951

22.887

Despesas gerais e administrativas

Despesas com pessoal

10.187

10.861

Despesas com serviços profissionais

7.798

5.530

Despesas com consumos básicos

1.861

1.877

Outras despesas gerais e administrativas

774

804

20.620

19.072

Outras despesas, líquidas

Constituição de provisão para contingências

49.852

109

Despesa com contingências não provisionadas

-

473

Despesa com tributos

730

1.591

Perda (ganho) na alienação do imobilizado

-

39

Outras

(465)

50.117

2.212

18. Resultado financeiro

2013

2012

Receitas financeiras

Repasse de ganhos financeiros (partes relacionadas)

-

1.507

Ganhos em aplicações financeiras

("Títulos e valores mobiliários")

2.267

899

Outras receitas financeiras

318

444

2.585

2.850

Despesas financeiras

Juros e multas tributárias

(1.124)

(240)

Imposto sobre Operações Financeiras - IOF

(1.314)

(1.097)

Juros financeiros

(575)

(641)

Outras despesas financeiras

(107)

(180)

(3.120)

(2.158)

Variações monetárias e cambiais, líquidas

Receitas com variações monetárias e cambiais

sobre ativos e passivos

238.389

104.687

Despesas com variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos

(247.887)

(107.762)

(9.498)

(3.075)

(10.033)

(2.383)

19. Despesa de imposto de renda e contribuição social:

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro tributável às alíquotas aplicáveis, sendo em geral 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social (taxa composta de 34%).

(a) Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social:

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro, a compensar com lucros tributáveis futuros, no montante aproximado de R\$ 3.427 (2012 - R\$ 4.784). A utilização dos correspondentes créditos está limitada anualmente a 30% dos tributos devidos. Tendo em vista que a realização desses créditos está condicionada à geração de lucros tributáveis futuros, os quais presentemente não são aplicáveis de serem mensurados, não foram consignados nas demonstrações financeiras os correspondentes créditos tributários em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

(b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social:

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

2013

2012

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social

(51.037)

1.472

Benefício (imposto) calculado com base em alíquotas de imposto - 34%

17.353

(500)

Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado do exercício:

Compensação de prejuízo fiscal acumulado e base negativa da contribuição social sobre o lucro

461

376

Adição de provisão para Organismos Controladores

(17.523)

-

Outras adições e exclusões temporárias, líquidas - principalmente decorrente de provisões para contingências e impairment de contas a receber de clientes

(1.094)

(713)

Despesa do imposto de renda - corrente

(803)

(837)

(c) Medida Provisória nº 627/13:

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A administração elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

20. Saldos e transações com partes relacionadas:

A Companhia mantém relações e transações em montantes significativos com sua controladora e empresas associadas. Essas transações com partes relacionadas referem-se, principalmente, aos arrendamentos mercantis das aeronaves B767-316F das sociedades ligadas Latam Airlines Group S.A. e Lan Cargo S.A., a fretes transferidos por serviços de transporte aéreo e correlatos, fretes recebidos por partes relacionadas a serem transferidos à Companhia, pagamentos por conta de despesas que serão posteriormente ressarcidos, bem como fretes recebidos de terceiros por conta das partes relacionadas, que serão posteriormente transferidos. Os saldos decorrentes dessas operações estão sujeitos à variação cambial do dólar estadunidense.

(a) Saldos do fim do exercício, decorrentes das vendas e compras de serviços:

2013

2012

Ativo circulante - contas a receber:

Latam Airlines Group S.A.

116.096

6.875

Connecta Corporation

1.490

1.576

Lan Peru S.A.

2.018

1.188

Lan Argentina S.A.

1.599

865

Transporte Aéreo S.A.

-

453

Aerotransporte MAS de Carga S.A.

-

271

Prime Airport Services Inc.

-

69

Lan Cargo Repair Station LLC

554

-

121.757

11.297

Passivo circulante - contas a pagar:

2013

2012

TAM Linhas Aéreas S.A.

3.262

52.032

Soc. Linea Aerea Carguera Colombia

32.584

4.723

Lan Cargo Repair Station LLC

-

4.803

Lan Cargo S.A.

312

1.480

Lineas Aéreas Nacionales del Ecuador S.A.

1.132

123

Aerovias de Integracion Regional S.A.

1.236

-

Transportes Aereos del Mercosur S. A.

735

-

Prime Airport Services Inc.

319

-

HGA Rampas do Equador S/A

240

23

Aerotransporte MAS de carga S.A.

25

-

HGA Rampa e serviços aeronáuticos S.A.

21

-

Transporte Aereo S.A.

9

-

Imobiliária Aeronáutica S.A.

1

-

39.876

63.185

Passivo não circulante - contas a pagar

MAS Investment Limited

3.396

2.962

Tranship S.A.

-

1.179

3.396

4.141

43.272

67.325

(b) Vendas e compras de serviços:

As principais transações com partes relacionadas foram de serviços aeroportuários, transferências de cargas, reembolsos de custos operacionais e arrendamento das aeronaves utilizadas pela Companhia. Abaixo estão demonstradas as transações de vendas e compras realizadas com cada uma das partes relacionadas:

2013

2012

Serviços prestados pela Companhia

Latam Airlines Group S.A.

271.524

157.355

Soc. Linea Aerea Carguera Colombia

29.081

32.637

Lan Cargo S.A.

19.450

13.137

TAM Linhas Aéreas S.A.

66.825

11.127

Aerotransporte MAS de Carga S.A.

4.421

3.866

Aerovias de Integracion Regional S.A.

1.444

-

Outras

1.639

5.924

394.384

224.046

Serviços adquiridos pela Companhia

Latam Airlines Group S.A.

168.586

174.393

Lan Cargo S.A.

128.493

115.652

Soc. Linea Aerea Carguera Colombia

101.198

67.232

TAM Linhas Aéreas S.A.

221.295

77.553

Aerotransporte MAS de Carga S.A.

8.011

7.935

Aerovias de Integracion Regional S.A.

2.329

-

Lineas Aéreas Nacionales del Ecuador S.

1.024

-

Outras

2.695

7.751

633.631

450.516

(c) Remuneração do pessoal-chave da administração:

O pessoal-chave da administração refere-se aos membros da diretoria da Companhia. A remuneração paga ou a pagar por seus serviços está demonstrada a seguir:

2013

2012

Salários, férias, 13º salários e encargos sociais

4.091

3.683

Participação nos lucros

1.306

684

5.397

4.367

21. Compromissos:

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2013, contratos de subarrendamento operacional com as sociedades ligadas Latam Airlines Group S.A. e Lan Cargo S.A., de suas quatro aeronaves B767-316F cargueiro. Tais contratos possuem vencimentos em 2015, 2016 e 2017 e são renováveis no término do período do subarrendamento. Por este subarrendamento, a Companhia paga as sociedades ligadas ("arrendatárias") um valor fixo por hora voada, em bases mensais. As despesas com arrendamento debitadas na demonstração do resultado, durante o exercício, estão divulgadas na Nota 17, como "Custo com subarrendamento operacional das aeronaves".

22. Seguros (não auditado):

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A partir de 2013 os seguros da ABSA passaram a ser contemplados junto a apólice de seguros da TAM Linhas Aéreas e Multiplus, o montante dessa cobertura em 31 de dezembro de 2013 para os bens do ativo imobilizado é de R\$ 99.436. Consoante aos contratos de arrendamento, a manutenção de cobertura de seguros das aeronaves subarrendadas B767-316F, salvo responsabilidade civil, é de responsabilidade dos subarrendatários (Latam Airlines Group S.A. e Lan Cargo S.A.), mantendo a Companhia cobertura para responsabilidade civil.

Norberto Maria Jochmann

Diretor Presidente

Dario Matsuguma

Diretoria Técnica

Luciano de Almeida Ghelardi

Diretoria Jurídica

Conselho Consultivo

Talito Endler

Presidente

Andres Patricio Avagliano

Membro

Penafiel

Pablo Felix Navarrete Saffie

Membro

Fabio Soares de Oliveira

Contador - CRC 1SP254004/O-5

Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

cas contábeis adotadas no Brasil requerem que seja mantida a referida provisão até que haja o julgamento final favorável à Companhia, ao qual não caiba mais nenhum recurso. Durante o exercício de 2012, as autoridades fiscais reduziram o valor de um dos Autos de infração em R\$ 439 mil. Consequentemente, o passivo e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013 estão apresentados a menor e a maior, respectivamente, em R\$ 5.644 mil (31 de dezembro de 2012 - 5.488 mil) e o prejuízo do exercício findo nessa data a menor em R\$ 156 mil (31 de dezembro de 2012 - lucro líquido a menor em R\$ 279 mil). Opinião com ressalva: Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ABSA - Aerolinhas Brasileiras S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Enfatiza - Partes relacionadas: Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e realiza transações com sua controladora e outras partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Aos Administradores e Acionistas ABSA - Aerolinhas Brasileiras S. A.

Examinamos as demonstrações financeiras da ABSA - Aerolinhas Brasileiras S. A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas

Campinas, 21 de março de 2014